

Editorial

Os artigos deste número da Revista *Fato & Versões* tratam de questões ricas na historiografia contemporânea. São textos diversos que passam pela discussão de conceitos importantes como de memória e representação, que discutem o a noção de meio ambiente e outros que recuperam processos históricos vividos em regiões diferentes do Brasil e em temporalidades distintas. Estes variados conceitos e supostos estão presentes em artigos que centralizam sua discussão na análise teórica ou em outros que partem de fontes e registros históricos específicos para interpretar as ações dos sujeitos históricos. O objetivo deste número é contribuir para reflexão historiográfica sem limitar os textos em um enredo específico.

O primeiro artigo, de Marco Lunardi Escobar e José Otávio Aguiar trabalha com um tema caro para o tempo presente, a História Ambiental. Para enriquecer a reflexão os autores propõe um diálogo interdisciplinar com outras ciências, a exemplo da Biologia e do Direito. Importante afirmar que esta produção interdisciplinar é proposta sem que as ciências percam seus supostos teóricos e suas especificidades.

Marcelo Ferreira Lemes, Rodrigo Tavares Godoi e Vanessa Barbosa de Oliveira trazem uma importante contribuição para as discussões sobre o conceito de memória. Os autores utilizam do embate entre Maurice Halbwachs contra Henri Bergson para apontar as contribuições deste último para o entendimento deste conceito. Vale ressaltar o diálogo dos autores com pesquisadoras brasileiras sobre a temática como Jacy Alves de Seixas e Ecléia Bosi.

O artigo de Camilla da Silva Portela utiliza o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA) para analisar as ações repressivas contra padres ligados a ala progressista de Igreja Católica. Portela recupera um conjunto de fatos políticos na esfera federal desde o final do governo de Jânio Quadros até o início da década de 1970 para explicar as posições dentro da Igreja no estado do Maranhão e as divergências de posições dentro desta instituição.

O texto de Erasmo Peixoto de Lacerda trabalha com fontes literárias para pensar a demonização do negro no pós-abolição. Sua fonte privilegiada é a literatura de Cordel produzida por Leandro Gomes de Barros. Lacerda analisa as relações sociais vividas no Brasil no final do século XIX para compreender as representações do Diabo e sua construção como um homem negro. Nesse percurso nos mostra como a

mentalidade escravagista estava presente nos primeiros anos do Brasil República e foi um dos fortes elementos culturais que provocaram rejeição à cultura afro-brasileira.

Danyllo Di Giorgio da Mota aborda o conceito de memória interpretando o processo histórico conhecido como Revolução de 30. Para problematizar estas memórias traz como fonte principal a obra biográfica de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um político mineiro de importante atuação nos movimentos da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Da Mota problematiza também a memória hegemônica deste processo conquistada pela herança varguista e o apagamento de ação de outros sujeitos que tiveram grande influência política. Outro conceito importante discutido no texto é o de tradição que o autor trabalha dialogando com autores como Reinhard Koselleck e Eric Hobsbawn.

A literatura também está presente no texto de Cássio Santos Melo que confronta duas obras para falar de populações da floresta. A obra *À Margem da História* de Euclides da Cunha e *Coração das Trevas* de Joseph Conrad. O foco do autor é a abordagem e o caráter de denúncia das condições de vida de populações destes lugares. A primeira obra trata das condições de vida e trabalho na floresta amazônica e a segunda no Congo. Melo recupera diversos aspectos da vida de Euclides da Cunha para encontrar indícios que ajudem na interpretação de sua obra. No caso de Conrad, Melo estabelece um diálogo com o crítico literário Luiz Costa Lima, para entender suas representações acerca da África e do imperialismo.

Por fim temos um texto sobre o protestantismo brasileiro e o integralismo, de João Marcos Leitão Santos. Santos parte dos supostos teóricos e metodológicos da história política para analisar as concepções políticas do protestantismo no início da república brasileira. O autor busca estas concepções na literatura e na imprensa e traz importantes considerações sobre os embates travados pelos protestantes contra a hegemonia da igreja Católica e contra os projetos políticos do integralismo.

Conselho Editorial